

## PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES ACERCA DE SEUS ASPECTOS SOCIAIS E METODOLÓGICOS.

Márcia Francione Sena do Nascimento (1); Francisca Geise Varela Costa (2); Maria Erivaneide da Silveira Oliveira (3); Maria Andreza do Nascimento (4); Prof. Dr<sup>a</sup>. Hostina Maria Ferreira do Nascimento (5).

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, marcynha\_pedagogia@hotmail.com*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, geyce\_ok@hotmail.com*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, maria.erivaneide22@gmail.com*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, andreza-nascimento21@hotmail.com*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, hostinanascimento@hotmail.com.br*

### RESUMO:

O presente estudo parte do interesse das autoras pela questão das práticas educativas, especialmente na modalidade de educação de jovens e adultos, além da inquietação por buscar compreender como acontecem algumas dessas práticas na educação não formal, especialmente, no Programa Brasil Alfabetizado. Nesse sentido, temos por objetivo discutir sobre alguns aspectos sociais e metodológicos deste Programa. Para isso, lançamos mão da metodologia de caráter qualitativo, em que foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma professora do Programa, além de algumas análises feitas: do material didático que foi utilizado por ela; de algumas atividades realizadas no decorrer do processo de alfabetização dos alfabetizandos; e consequentemente, da prática metodológica utilizada por esta alfabetizadora. Fizemos o uso também da pesquisa bibliográfica embasada em alguns teóricos como: Gohn (2006) que discute a importância da educação não formal num sentido de complementação da educação formal; Freire (1967, 1989, 1997) que nos oferece ricas contribuições sobre a importância das palavras geradoras, da horizontalidade e do diálogo para uma prática docente consciente e consequentemente, para uma aprendizagem significativa. Por fim, consideramos este estudo pertinente por relacionar aspectos de um importante programa de alfabetização no país com a rica e subjetiva experiência de uma alfabetizadora participante do mesmo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas Educativas não formais, Alfabetização de jovens e adultos, Programa Brasil Alfabetizado.

### INTRODUÇÃO

As práticas educativas não-formais, especialmente na modalidade da Educação de Jovens e Adultos que vem ganhando proporções cada vez mais elevadas, principalmente por meio das políticas públicas, haja vista que não se pode negar que o percentual de analfabetismo entre esse público ainda é bastante expressivo. Desse modo, atentando quanto à necessidade em termos econômicos e sociais, o Ministério da Educação – MEC instituiu alguns programas cuja finalidade é erradicar o analfabetismo, entre estes Programas está o Brasil Alfabetizado instituído desde 2003.

Movido pela inquietação de buscar compreender como acontecem algumas dessas práticas na educação não formal, este trabalho tem como finalidade discutir sobre alguns aspectos sociais e metodológicos do Programa Brasil Alfabetizado. Para isto, lançamos mão da metodologia de caráter qualitativo, em que foi realizada uma entrevista semiestruturada com uma professora do Programa, além de algumas análises feitas: do material didático que foi utilizado por ela; de algumas atividades realizadas no decorrer do processo de alfabetização dos alfabetizandos; e conseqüentemente, da prática metodológica utilizada por esta alfabetizadora. Fizemos o uso também da pesquisa bibliográfica embasada em alguns teóricos como: Gohn (2006) que discute a importância da educação não formal num sentido de complementação da educação formal; e Freire (1967, 1989, 1997) que nos oferece ricas contribuições sobre a importância das palavras geradoras, da horizontalidade e do diálogo para uma prática docente consciente e conseqüentemente, para uma aprendizagem significativa.

Assim, citamos inicialmente algumas práticas educativas não formais de alfabetização de jovens e adultos, enfatizando o Programa Brasil alfabetizado e a importância dessas práticas na possível inserção dos alfabetizandos participantes na educação formal; apresentamos e problematizamos o percurso metodológico do Programa, tendo como base os relatos de uma alfabetizadora que atuou neste, além de análises do livro didático utilizado e de algumas atividades realizadas na sala de aula. Por fim, discorreremos acerca do processo para se chegar à avaliação final dos educandos.

## **PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A partir da necessidade em termos econômicos e sociais por parte do governo, deu-se início a extensa busca por alfabetizar os jovens e adultos do país. Dentre as iniciativas governamentais, encontram-se algumas práticas educativas não formais como: o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOBRAL, Programa Alfabetização Solidária, Mova Brasil e o Brasil Alfabetizado. Este último, ao qual nos remeteremos neste trabalho, foi instituído em 14 de abril de 2003 pelo Governo Federal com o auxílio do Ministério da Educação – MEC.

Este Programa pode ser denominado como sendo da modalidade não-formal por conseqüência de suas características organizacionais, tais como: oito meses de duração com o objetivo alfabetizar esses jovens e adultos para posteriormente encaminhá-los para a modalidade



formal da EJA; as aulas geralmente não acontecem numa instituição formal, como a escola; e o alfabetizador do programa pode atuar sem uma formação inicial.

Nessa circunstância, o Programa lança mão da modalidade de educação não-formal para alcançar sua finalidade. Dessa forma, essa educação pode contribuir de modo significativo no sentido de possibilitar aos sujeitos uma aprendizagem que esteja atrelada a uma formação política e sociocultural. Segundo Gohn (2006), essa formação política e sociocultural vem sendo considerada como uma meta de suma importância na esfera da educação não-formal. Acreditamos também, que esses aspectos ganham maior relevância quando os redimensionamos para a alfabetização de jovens e adultos, como acontece no Programa Brasil Alfabetizado.

Ao nos referirmos as questões políticas e socioculturais no âmbito formativo, estamos considerando nessa circunstância, a busca por uma aprendizagem que esteja vinculada ao contexto em que os sujeitos estejam inseridos, e mais ainda, que estes passem a refletir e a partir disso possam fazer uma “leitura de mundo”, ou seja, da realidade em que vivem. Vale sublinhar que esse objetivo de possibilitar que os sujeitos por meio de sua formação passem a ler e/ou enxergar sua realidade de maneira crítica, também é bastante enfatizado pelo educador Paulo Freire quando evidencia que os sujeitos ao serem alfabetizados precisam, além de lerem as palavras codificadas, fazer primordialmente a leitura da realidade que os cerca a fim de que passem a questionar, refletir e, conseqüentemente, agir sobre essa realidade vivida.

Ainda sobre a importância dessa modalidade educacional, vale ressaltar que essa educação não-formal, como afirma Gohn (2006), não possui uma tendência em competir com a educação formal, pelo contrário, ela pode auxiliar esta última num sentido de complementação. Especialmente no Programa Brasil Alfabetizado, esse aspecto complementar pode ser claramente percebido, tendo em vista que por meio deste programa, jovens e adultos são alfabetizados e logo após, devem ser encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos – EJA com a finalidade que deem continuidade aos estudos. Nessa circunstância, a educação não-formal auxilia de modo primordial a educação de jovens e adultos no âmbito formal.

Nessa circunstância, com a finalidade de analisar os aspectos anteriormente citados, buscamos compreender como essa questão política e sociocultural tende a acontecer num âmbito da modalidade não-formal. Para isso, contamos com a primordial experiência de uma alfabetizadora que atuou no Programa Brasil Alfabetizado na zona rural do município de Governador Dix-Sept Rosado. No decorrer deste trabalho, evidenciamos os relatos da mesma e o intenso processo que ela,

uma alfabetizadora sem formação inicial, enfrenta a fim de buscar propiciar aos alfabetizados uma formação significativa.

## **PERCURSO METODOLÓGICO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**

No que se refere à formação das turmas de alfabetização, segundo a alfabetizadora era necessário no mínimo sete alunos, sendo estes levados a participar do Programa por meio do incentivo da própria alfabetizadora. Após conseguirem formar as turmas, todos os alfabetizadores deveriam participar de um treinamento cuja duração era de sete dias.

Segundo a alfabetizadora, durante o treinamento era explicado basicamente, o que era o Programa, seus objetivos e metas. Posteriormente, cada alfabetizador recebia um material que consistia em algumas atividades cuja finalidade seria auxiliá-los na identificação do nível de alfabetização de cada aluno. Nesse sentido, havia uma explicação, superficial acerca de cada nível e, conseqüentemente, uma breve discussão sobre atividades que seriam interessantes para cada aluno, tendo como base seu nível de alfabetização.

Contudo, levando em consideração que no quadro de educadores que compõem o Programa Brasil Alfabetizado há um percentual de alfabetizadores sem formação acadêmica, cabe nos questionar acerca da viabilidade desse treinamento, primeiramente, tendo em vista a pretensão de “capacitar” esses alfabetizadores em apenas sete dias. Outro aspecto bastante intrigante refere-se à identificação do nível de alfabetização dos alunos: Seria possível, alfabetizadores sem formação inicial saberem identificar com propriedade o nível de alfabetização de cada educando, tendo como subsídio apenas uma exposição acerca do que são e quais são esses níveis?

Conforme a educadora o método utilizado pelo educador Paulo Freire era bastante enfatizado pela coordenadora do programa. Falava-se muito nas palavras geradoras, entretanto desprovidas do real sentido que estas possuem, haja vista que a coordenadora sugeria que os alfabetizadores procurassem identificar elementos presentes na realidade dos alfabetizados que tivessem uma relevância considerável para eles.

Nesse sentido, entendemos que a denominação desses elementos que o próprio educador julgava ser significativo seriam as palavras ou temas geradores. Notamos, no entanto, que esta concepção não condiz com o que defende Freire (1967), visto que para ele as palavras geradoras deveriam sair do universo vocabular do educando, dessa forma estas não poderiam simplesmente ser selecionadas pelos próprios educadores, por mais, tecnicamente bem escolhidas que fossem.

Para este educador eram necessárias três fases preliminares para que se pudesse chegar às palavras ou temas geradores. Cabe destacar que na primeira fase era feito um levantamento do



universo vocabular do aluno, na qual o educador juntamente com uma equipe atuava como pesquisadores, buscando saber quais palavras estavam efetivamente presentes no cotidiano das pessoas que seriam alfabetizadas. Desse modo, nos referimos novamente a Freire quando enfatiza que:

[...] as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. (FREIRE, 1989, p.13)

Portanto, essa fase é primordial para que as palavras ou temas geradores sejam impregnados de sentido para o educando. Haja vista que as palavras extraídas desse levantamento expressam a leitura que os alfabetizados fazem do mundo. Segundo Freire (1989) essas palavras devem retornar a eles, só que agora em forma de codificações, que são representações da realidade.

No entanto, antes da palavra oral dos alfabetizados serem devolvidas a eles, em forma de escrita para que estes apreendam e não simplesmente as memorizem mecanicamente, é necessário que o educando seja desafiado, por meio de um conjunto de situações-limite em que a codificação e decodificação resultem de sua percepção crítica.

Portanto, chegar às palavras e/ou temas geradores não se trata de algo simples, ao contrário, demanda um processo em que o estudo da realidade faz-se essencial para a concretização da primeira fase, discutida anteriormente, assim como das demais. Vale salientar que na segunda fase, essas palavras eram escolhidas e selecionadas por meio de critérios conforme o universo vocabular pesquisado. Eram criadas ainda situações – problemas típicos, vivenciadas pelo grupo que se pretendia alfabetizar.

A terceira fase consistia na construção de fichas que eram utilizadas como roteiro para auxiliar os coordenadores, não como uma prescrição rígida que deveriam ser obedecidas e seguidas, mas como subsídios. A última fase era a execução dessas fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos termos geradores.

Ainda durante o treinamento, segundo a alfabetizadora era feita a escolha do livro didático. Em seus relatos ela nos disse que havia duas opções de livros. Vale ressaltar que não existiam critérios por escrito para auxiliá-las, nem uma orientação de fato para a realização desta escolha, visto que esse material didático era escolhido no último dia do treinamento - nesse caso específico, pois não sabemos das demais realidades - não contou com a participação da coordenadora, por

motivos que a própria alfabetizadora não se recorda. Ela afirmou que as professoras que tinham formação foram quem de fato escolheram o livro:

Elas praticamente escolheram o livro, nós que não tínhamos experiência alguma apenas aceitamos, mas é importante frisar que elas foram bem democráticas, pois iam falando sobre os aspectos contidos em cada livro, por exemplo: esse livro aqui traz várias questões do cotidiano dos alunos e esse outro não traz tantas; as leituras desse aqui são mais curtas, tem trava-língua, cantiga de roda. Já as leituras desse são muito longas [...]. (Alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado)

Percebemos certa fragilidade na escolha do livro didático, principalmente devido a ausência de critérios por escrito para auxiliar as alfabetizadoras sem experiência com a docência. Contudo atentamos para o fato de que esse saber docente, embora ainda bastante frágil, vai sendo construindo por meio da interação com aquelas que já possuem esse saber mais metódico. Assim nos remetemos a Freire, quando defende que “[...] o saber que a prática docente espontânea produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito” (FREIRE, 1997, p.43).

## **ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO E DAS ATIVIDADES**

Ao fazermos uma breve análise de um dos livros didático utilizado no programa, constatamos que o escolhido pela alfabetizadora caracteriza-se por ser bastante rico, principalmente, por oferecer conteúdos que possuem forte ligação com o cotidiano dos alunos, facilitando dessa forma, a interação, comunicação e partilha de saberes durante as aulas, podendo a mesma ser configurada como um círculo de cultura<sup>1</sup> possibilitando para que “Em lugar da aula discursiva, o diálogo. Em lugar do aluno passivo, o participante do grupo” (FREIRE, 1967, p.111). Deste modo, o círculo contribui no sentido de possibilitar ao aluno uma maior segurança, aponto de instigá-lo a participar ativamente das aulas e consequentemente, de seu processo de aprendizagem.

Com relação às ilustrações contidas no material didático observamos que as representações dos objetos possuem um caráter mais real e menos infantilizado, visto que em sua maioria são fotografias e não desenhos. Percebemos também uma preocupação com a seleção desses objetos, estes em sua maioria são populares e de utilidade para maioria dos alunos, como por exemplo: Balde, tijolo, funil e anzol, com a finalidade de relacionar o conhecimento escolar com a rotina deles.

---

<sup>1</sup>Trata-se de um dispositivo com intencionalidade que se encontra fortemente ligado a horizontalidade do conhecimento e ao diálogo.



Além de ser um material prático e bastante didático, o livro que se encontra dividido nas áreas de língua portuguesa, matemática, não dispensa conteúdos que abordam questões mais gerais como a cidadania, por exemplo. Com relação à língua portuguesa, possui conteúdos ligados à gramática, conteúdos esses que possibilitam a compreensão, interpretação de textos e conhecimentos básicos da área estudada. Da mesma forma ocorre com os conteúdos de matemática que apresenta aos alunos conhecimentos básicos como: as quatro operações, a utilização diária dos números, noções de temperaturas, noções de tempo, dentre outras.

O livro também apresenta alguns conhecimentos gerais que estão bastante relacionados com o dia a dia dos alunos como a cidadania: mostrando a questão dos direitos e deveres; trabalho com a certidão de nascimento, carteira de trabalho, documento de identidade (RG); e também a importância do respeito para com o outro. Conhecimentos ligados à culinária que expõe aos alunos algumas receitas práticas e fáceis de fazer, além de possibilitar que o professor trabalhe, por meio destas receitas, português (leitura e interpretação) e matemática (valores, quantidades e noções de tempo); e o conhecimento financeiro, tendo em vista que no material encontramos noções básicas sobre cheques, notas fiscais, recibo entre outros.

A partir da análise acerca dos principais conteúdos do livro, notamos que o mesmo, apesar da fragilidade quanto à sua escolha, se bem escolhido, pode ser caracterizado como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Especialmente na alfabetização de jovens e adultos, ao apresentar temas explicitamente ligados ao dia a dia dos alunos, assim o livro pode ser visto como um importante instrumento pedagógico para auxiliar na metodologia da alfabetizadora e na aprendizagem dos alfabetizandos.

Assim como no livro didático, também analisamos algumas atividades, por meio delas constatamos a preocupação da alfabetizadora em fazer atividades, cujo conteúdo tivesse relação com o cotidiano dos alfabetizandos, podemos perceber também que apesar de não ter uma formação inicial, a professora possuía a consciência de que embora os alfabetizandos não tivessem muitos conhecimentos escolares, em termos de vivência e experiências, estes possuíam uma bagagem de conhecimentos bem maior que os dela. Essa ideia da alfabetizadora encontra-se bastante fortalecida em Freire quando o mesmo firma que “Quem ensina está aprendendo ao ensinar, e quem aprende está ensinando ao aprender” (FREIRE, 1997, p.25). Desse modo, tanto o educador tem algo a ensinar como a aprender com o educando.

As atividades, portanto, consistiam em ditados de palavras, atividades de leitura e interpretação de textos, nas quais percebemos que as respostas encontravam-se dentro dos textos,

além de questões para eles refletirem sobre as respostas, assim como dito anteriormente, atividades que possuíam elementos bem presentes em seu cotidiano, como encartes de supermercado. A professora colocava-os para identificar os preços, as diferenciações do mais caro e o mais barato, os nomes dos produtos. As atividades eram feitas à mão e escritas com letras de forma.

A cada atividade percebemos certo cuidado por parte da professora no que diz respeito à correção das atividades. Em algumas continham letras do alfabeto “A” “B” e “C”, conforme a alfabetizadora estas letras equivalem a “ótimo”, “bom” e “ruim”, esta foi a maneira que ela encontrou de corrigir as atividades sem causar nenhum constrangimento aos alunos. Ela relata ainda, que posteriormente passou a utilizar as expressões escritas acima, mas ao invés de “ruim” ela utilizava o símbolo de “+ ou -”. Contudo, optou por utilizar essas palavras, quando os alunos passaram a apresentar alguns avanços, embora ainda modestos em sua aprendizagem.

Segundo a professora inicialmente eles não atentavam para essa questão da nota, mas tinham bastante curiosidade em saber o que eles tinham acertado e errado, no entanto, com o passar dos meses os alfabetizandos passaram a atentar para o fato de que ao fazer as correções, principalmente em seus cadernos a alfabetizadora escrevia uma “palavrinha”, daí passaram a questionar o que aquilo significava:

Tive que explicar uma por uma e até mesmo que estabelecer o número de questões que eles deveriam acertar para que eu colocasse, por exemplo, ótimo. Desse modo, estabeleci que para tirar “ótimo” eles teriam que acertar todas as questões, caso errassem três questões tirariam “bom” e se errassem mais que três seria “mais ou menos”. Ao estabelecer esses critérios tive receio de que eles se desestimulassem caso não conseguisse tirar “ótimo”. Contudo percebi que este passou a ser um objetivo deles, a partir daí não demorou para que eles passassem a me questionar acerca de uma nota. (Alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado)

Por meio do relato da alfabetizadora notamos que nessa fase do programa os alunos já se sentiam mais seguros e confiantes em si próprios, aponto de almejam tirar um “ótimo” que em termos de nota equivale a um “10”, e que mesmo de maneira ainda implícita eles já sabiam disto. É perceptível também o florescimento do ato de questionar, o que fez com que a professora passasse a utilizar o modelo formal de avaliação. Vale salientar que os questionamentos se intensificaram no finalzinho do Programa.

Ao questionarmos a alfabetizadora sobre os resultados que ela julga mais significativos, não somente do ponto de vista da aprendizagem na sala de aula, mas também da postura dos alfabetizandos com relação as suas importantes conquistas diárias, e das principais mudanças percebidas por ela na forma destes verem o mundo ao seu redor, mudanças estas supostamente



decorrentes dessa prática educativa, ela afirma que muitos resultados obtidos em sala de aula influenciaram marcantes acontecimentos na vida desses alunos.

A alfabetizadora ressalta algumas histórias como a de uma aluna que todo mês vivenciava uma situação constrangedora, pois ao fazer a feira ela precisava assinar para efetuar sua compra, entretanto como não sabia escrever seu nome, ela o levava escrito em um pedaço de papel, no entanto, após um tempo no Programa esta aluna aprendeu a escrever seu nome e no primeiro mês em que conseguiu assiná-lo sem auxílio deste papel, relatou isto em sala com uma enorme alegria; houve também o episódio em que um aluno compartilhou com os colegas que exatamente naquele dia havia trocado seus documentos e que a partir daquele momento ele não era mais um analfabeto; e por fim, a história de um aluno que conseguiu alcançar seu objetivo, que era tirar a carteira de habilitação, este fato segundo ela aconteceu após um mês do término do Programa.

Percebemos por meio dessas histórias, exemplos reais do importante caráter social da educação, no sentido de contribuir não apenas para a questão da cidadania do sujeito, mas também para ampliação da visão de mundo destes. Nessa ocasião, enfatizamos a importância do entrelaçamento entre a alfabetização e o letramento, haja vista que embora seja importante o aluno saber reconhecer letras e ler palavras, frases e textos, se ele não as compreende em seus múltiplos sentidos e não consegue assumir um posicionamento acerca daquilo que leu, viu e ouviu com questionamentos, reflexões e problematizações, possivelmente o mesmo não conseguiu alcançar a primordial autonomia de ser o sujeito protagonista do seu aprendizado.

## **PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS EDUCANDOS**

A metodologia utilizada para avaliar os educandos foi um aspecto que nos inquietou bastante, tendo em vista principalmente o percentual de alfabetizadores sem formação inicial, assim como o curto período de capacitação destes. Com relação a isto a alfabetizadora relata que durante sua participação no Programa Brasil Alfabetizado, a princípio ainda durante o treinamento cada educador recebia um diário. Cabe ressaltar que este não se diferenciava dos diários das modalidades de ensino formal e que deveria ser entregue a secretária de educação da cidade ao final do Programa.

Conforme, a alfabetizadora, a avaliação final dos educandos era bastante enfatizada pela coordenadora do Programa, como já mencionamos anteriormente, as educadoras eram instruídas a aplicar uma espécie de teste, na primeira semana de aula para identificar o nível de alfabetização dos alunos e em seguida sistematizar a atuação de cada um, visto que esses registros facilitaríamos

não só a identificação do nível de cada alfabetizando ao entrar no programa como também o desenvolvimento destes ao final, pois segundo a professora foi sugerido que ao término do programa elas fizessem um novo registro.

Vale sublinhar que esses registros não se tratavam de exigências do Programa, mas sim de uma estratégia sugerida pela coordenadora, para facilitar o trabalho das professoras, especialmente daquelas sem formação, no momento da avaliação final. Nesse sentido, nos questionamos com relação à metodologia de avaliação que o Programa lança mão para o monitoramento da prática da alfabetizadora. Como saber se os números de alunos alfabetizados apresentados no diário são fidedignos? Quanto a isto a professora afirma que:

Fiz os registros na primeira semana de aula, escrevi detalhadamente o desempenho de cada aluno, pois tinha receio de colocar em que nível de alfabetização eles estavam, colocava eles para responder os exercícios do livro e depois de um mês mais ou menos comecei a fazer atividades escritas, sobre os conteúdos explicados, como se fossem provas. Daí corrigia e guardava essas atividades, pois achei que desse modo, ao final do programa eu já teria material suficiente para escrever com segurança quais alunos haviam sido alfabetizados, assim como mostrar a evolução deles durante o programa e talvez nem fosse mais preciso fazer um novo registro. (Alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado)

Entendemos, por meio do relato da professora que embora esses registros não fossem uma exigência do Programa, eles subsidiavam a avaliação final dos educandos e que as alfabetizadoras tinham autonomia de estabelecer sua metodologia de avaliação, entretanto, não havia um acompanhamento acerca desse processo avaliativo, conforme nos afirma a alfabetizadora: “eu apenas entreguei o diário com os resultados de quantos alunos haviam sido alfabetizados, quantos haviam desistido, levei o caderno com os registros, mas falaram que não precisava entregar” (Alfabetizadora do Programa).

Nesse sentido, percebemos uma grande fragilidade com relação à avaliação, etapa de suma importância, mas que nesse caso específico é resumida apenas aos percentuais quantitativos: número de alunos alfabetizados. Deixando, nessa circunstância, de considerar os qualitativos: monitoramento dos avanços, das conquistas de cada um em termos tanto escolares, como pessoais – conquista da autonomia, tendo em vista que o próprio sistema do Programa solicita apenas os dados isolados como: o nome do coordenador da turma, do alfabetizador e a situação final do aluno, sem considerar, portanto, o primordial processo para se chegar aos níveis desejáveis do Programa.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, tivemos a oportunidade de analisar, questionar e refletir sobre alguns imprescindíveis aspectos sociais e metodológicos de um dos importantes Programas de alfabetização de jovens e adultos do país: o Brasil Alfabetizado. Nessa circunstância, buscamos compreender, com base nos relatos de uma alfabetizadora do Programa, como funcionam suas etapas: treinamento para a capacitação dos professores; o material didático – sua escolha e utilização; as principais atividades desenvolvidas com a turma e o importante processo de avaliação dos alfabetizandos.

Com base nos relatos e nas análises feitas do aporte metodológico do programa, especialmente nesse contexto em que atuou a professora, compreendemos como aconteciam as práticas educativas dessa docente na turma em questão. Refletimos sobre a importância e peculiaridades do ensino-aprendizagem, além das contribuições desse processo para a vida dos sujeitos participantes a partir das singulares conquistas alcançadas por estes.

Vale sublinhar, que apesar de alguns aspectos positivos que apresentamos no decorrer do trabalho, nos inquietou o fato de percebermos o que de certa forma consideramos um ponto de fragilidade do programa, quanto o processo avaliativo do programa encontra-se embasado em percentuais quantitativos, deixando de considerar o processo evolutivo dos alfabetizandos em termos qualitativos, e conseqüentemente, primordiais.

Contudo, apesar das fragilidades encontradas tanto na capacitação dos profissionais quanto nessa questão da avaliação final dos educandos, enxergamos neste Programa a possibilidade de uma alfabetização que pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da visão crítica do sujeito, mas para tanto se faz necessário suprir tais fragilidades, além do reconhecimento por parte do poder público e da sociedade de que a alfabetização de jovens e adultos não se trata apenas de aprender a codificar e decodificar palavras, assim como Freire (1989) vemos está alfabetização um ato político, um ato de conhecimento do mundo e de si mesmo como sujeito social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas** In **Ensaio: aval. pol.públ. Educ.** Rio de Janeiro. v.14, n.50, p. 27-38, 2006.

SOUZA, Cassia Garcia; MENEGHELLO, Marinez; PASSOS, Angela. **É bom aprender: Educação de Jovens e Adultos**. 1. edição – São Paulo: FTD S.A, 2009.

